

15^a JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

SEMANA DE INTEGRAÇÃO
UNIVERSIDADE CATÓLICA
E SOCIEDADE



ANAIS ELETRÔNICOS Ciências Sérias Aplicadas

Recife, 2013

SUMÁRIO

ORIGEM DA EXPANSÃO DO RECIFE: MAPEAMENTO NO SÉCULO XX

Amanda Rodrigues Fernandes Lundgren de Melo

Amélia Maria de Oliveira Reynaldo.....74

VIOÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DA OFENDIDA NO JUIZADO DA MULHER DO RECIFE (2012-2013)

Andrea Cerqueira Russo

Marília Montenegro Pessoa de Mello.....75

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E INTERSETORIALIDADE: DESAFIOS DA INFORMAÇÃO

Anderson Damião Ramos da Silva

José Afonso Chaves.....76

FATORES SIGNIFICATIVOS NA FORMAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL

Azenate nascimento da silva Nóbrega

Adilson celestino de lima.....77

O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Bruno de Oliveira Jardim Pedrosa

Carolina Valença Ferraz.....78

DO MONOPÓLIO DA ÚLTIMA PALAVRA AO COOPERATIVISMO INSTITUCIONAL

Cleópatra Vanessa Santana da Silva

Glauco Salomão Leite.....79

A EXIGIBILIDADE DOS INTERESSES PURAMENTE MORAIS NAS RELAÇÕES EXISTENCIAIS

Dilermando de Lima Costa Ferreira

Catarina Almeida de Oliveira.....80

A ADEQUAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS AO NOVO CONTEXTO SOCIAL E TECNOLÓGICO: O TELETRABALHO

Elis Helena Leão de Sabóia

Fábio Túlio Barroso.....81

AS RESPONSABILIDADES DO ESTADO EM DECORRÊNCIA DO CRESCENTE USO DA TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Flávia Marcela Ferrão Xerita Maux

Fábio Túlio Barroso.....82

LEI MARIA DA PENHA: EXPANSÃO E IMPORTÂNCIA DA LEI QUE TUTELA A MULHER CONTRA A VIOÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL.

Iana Lira Pires

Marília Montenegro Pessoa de Mello.....83

CONSTITUCIONALISMO E REGULAÇÃO DA RADIODIFUSÃO

Jéssica Camilly Arcoverde Lopes

Gustavo Ferreira Santos.....84

METAREGRAS E VIOLAÇÃO DE GARANTIAS: ANALISANDO DECISÕES JUDICIAIS DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO NAS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE PERNAMBUCO.

Jéssica Maria Nogueira Bezerra de Carvalho

Érica Babini Lapa do Amaral Machado.....85

CONSTITUIÇÃO, DEMOCRACIA E SUPREMACIA JUDICIAL. CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA UMA ANÁLISE DA NOVA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

João Vitor Freitas de Paiva

João Paulo Allain Teixeira.....86

ETNOGRAFANDO AUDIÊNCIAS DE APRESENTAÇÃO POR APREENSÃO EM FLAGRANTE EM RECIFE: CONTINUÍSMO MENORISTA ANTE O PARADIGMA DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Juliana Marques Lyra Carneiro Leão

Érica Babini Lapa do Amaral Machado.....87

PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL: ETNOGRAFANDO AS AUDIÊNCIAS NOS PROCESSOS DE IMPUTAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO RECIFE

Keunny Raniere Carvalho de Macêdo Filho

Érica Babini Lapa do Amaral Machado.....88

RADIODIFUSÃO E RELIGIÃO: DILEMAS ENTRE LIBERDADE E IGUALDADE.

Laísa Reis Duarte Farias

Gustavo Ferreira Santos.....89

UMA CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA: A LIBERDADE DE CRENÇA E DE CREDO E O COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS

Luísa Câmara Rocha

Carolina Valença Ferraz.....90

IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE JURÍDICA NA SISTEMÁTICA LEGAL E JURISPRUDENCIAL BRASILEIRA PARA A DESCONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS

Maria Eduarda Cavalcanti de Albuquerque Mello

Carolina Valença Ferraz.....91

FATORES GERADORES DO CAPITAL INTELECTUAL

Maria Luiza Barbalho Brito Cavalcanti

Adilson Celestino de Lima.....92

A LEI MARIA DA PENHA E A ANÁLISE DE SUAS MEDIDAS PROTETIVAS APLICADAS NA CIDADE DO RECIFE

Mateus Siqueira Pacheco

Marília Montenegro Pessoa de Mello.....93

NOVAS PERSPECTIVAS DO CONTROLE DAS OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO “LEGISLADOR NEGATIVO”?

Mateus Victor Pereira Cavalcanti

Glauco Salomão Leite.....94

(RE) FORMULANDO GÊNERO: A QUEBRA DO BINARISMO HETERONORMATIVO PARA GARANTIA DIGNA DE DIVERSAS FORMAS EXISTENCIAIS.

Maria Júlia Leonel Barbosa

Carolina Valença Ferraz.....95

APLICAÇÃO E LIMITES DAS ASTREINTES PREVISTAS NO ARTIGO 461, §§ 4º e 5º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.

Nelbe Oliveira Silva

Lúcio Grassi de Gouveia.....96

POUCOS E BARULHENTOS: INTERESSES POLÍTICOS MINORITÁRIOS E REPRESENTAÇÃO MÍNIMA NO CONGRESSO NACIONAL

Rafael de Brito Giovanetti Pontes

José Mário Wanderley Gomes Neto.....97

A JUDICIALIZAÇÃO DOS INTERESSES POLÍTICOS DE REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA MÍNIMA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Raissa Pereira Bino da Silva

José Mário Wanderley Gomes Neto.....98

SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO OU SUPREMACIA JUDICIAL? A CRÍTICA DEMOCRÁTICA AO ATIVISMO JUDICIAL.

Roberta Vanessa da Cruz Santos

Glauco Salomão Leite.....99

OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS JOVENS NA CIDADE DO RECIFE.

Rosileide Barbosa de Lima

José Afonso Chaves.....100

O RECONHECIMENTO DAS UNIÕES HOMOAFETIVAS PELO STF.

Tassiana Bezerra dos Santos

Glauco Salomão Leite.....101

ADOÇÃO INTUITO PERSONAE: UMA FORMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA FAMÍLIA NATURAL

Thiago de Almeida Galvão

Carolina Valença Ferraz.....102

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O PAPEL DO DIREITO PENAL EM RELAÇÃO A ESTE CONFLITO, NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.

Victória Katryn de Lima Resende

Marília Montenegro Pessoa de Mello.....103

ORIGEM DA EXPANSÃO DO RECIFE: MAPEAMENTO NO SÉCULO XX

Amanda Rodrigues Fernandes Lundgren de Melo.¹; Amélia Maria de Oliveira Reynaldo²

¹Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciência e Tecnologia; Bolsista do CNPq. E-mail: amandita.fernandes@hotmail.com

²Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciência e Tecnologia; E-mail: ameliareynaldo@yahoo.com.br

Diversos estudos sobre o Recife abordam a sua formação a partir do plano urbanístico do arquiteto holandês Pieter Post (1639) e defendem o crescimento urbano espontâneo da cidade, estruturado a partir dos caminhos que articulavam os engenhos ao porto. O presente projeto de pesquisa parte do fenômeno da origem da urbanização do Recife, objetivando revelar e mapear esta expansão urbana no Século XX, que, por sua vez, se realizou por meio do parcelamento do solo rural, respaldada nas legislações urbanísticas de 1932 e 1936. Para tal, a pesquisa apoiou-se na seguinte metodologia: identificação dos loteamentos aprovados pela Prefeitura do Recife entre as décadas de 1920 à 1980, no traçado atual da cidade (unibase); sistematização das etapas da urbanização do Recife em cartografia atual por ano e década; e registro fotográfico/escaneamento das plantas de loteamento arquivadas nas Gerências Regionais da Prefeitura do Recife, buscando exemplificar aplicação da legislação em seu período de aprovação. A pesquisa partiu da localização dos loteamentos seguindo o acervo das fichas de registro dos loteamentos previamente catalogados, quais somam cerca de 1.500 registros cujos projetos datam de 1923 até 1986. De posse dos dados padronizou-se, em planilha do *excel*, uma legenda com o status de cada loteamento quanto à identificação na unibase (completos, apenas o imóvel gerador, não localizado). Esse procedimento visou a facilitar retomada da pesquisa. O resultado foi o mapeamento dos loteamentos na unibase cujo traçado esboça um mosaico com cores distintas por década (de 1920 à 1980). Verificou-se que a maioria dos loteamentos (1.280) foi aprovada segundo a legislação de 1936, representando 85,4% do total e apenas 136 foram regulamentados pela legislação de 1961. Essa última guarda todas as regulamentações da legislação de 1936. Dessa forma, as definições da legislação de 1936 são responsáveis pela configuração do solo da expansão urbana do Recife, a partir dos anos de 1930. Verificou-se expansão significativa da mancha urbana concentrada nos bairros cobertos pelas redes de saneamento (conforme projeto de saneamento de Saturnino de Brito), que, por sua vez, também margeiam as estradas dos engenhos e ferrovias em direção ao porto.

Palavras-chave: urbanização; expansão urbana; parcelamento do solo urbano.

Projeto de Pesquisa: Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DA OFENDIDA NO JUIZADO DA MULHER DO RECIFE (2012-2013)

Andrea Cerqueira Russo¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista CNPQ; e-mail: andrea.cerqueira.russo@gmail.com.

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; e-mail: mariliamello@hotmail.com.

Como expressão do Direito Penal máximo, foi promulgada em 2006 a lei 11.340/06, denominada simbolicamente de lei Maria da Penha. Com o condão de retirar a violência doméstica da esfera dos delitos de menor potencial ofensivo. Tal legislação passou a tratar os crimes de gênero com um maior rigorismo, impondo sanções mais severas, além da criação de mecanismos específicos para o seu combate. A lei em questão é um completo retrato dos anseios dos cidadãos na busca de diminuir, mesmo que apenas um pouco, o sentimento de vulnerabilidade em relação aos delinquentes. Porém, para o espanto de muitos, as vítimas, na grande maioria das vezes, não desejam criminalizar seus agressores, mas apenas fazer uso do aparato policial para intimidá-lo, a fim travar uma conversa franca com seu companheiro e resolver a situação. É sabido que o estigma de ser processado não é sofrido apenas pelo delinquente, posto que se estende para toda sua família. Dito isso, entende-se que, no caso da violência de gênero, a mulher é, constantemente, vítima duas vezes, tanto no que se refere à agressão em si quanto aos preconceitos impostos pela sociedade. Em consonância com o tema, um dos assuntos mais controversos referente à Lei 11.340/06 é a atual impossibilidade da vítima de desistir da queixa prestada. Isto é, a ação penal passou de “pública condicionada à representação” para “ação penal pública incondicionada”. Tal mudança retirou totalmente a autonomia, a voz da mulher no processo penal. Diante do exposto, o presente estudo busca constatar as consequências fáticas da aplicação desta lei, traçando o perfil mais recorrente das ofendidas e buscando uma forma alternativa de solucionar os conflitos conjugais sem a consequente exposição da mulher. Para tanto, fez-se uma pesquisa de campo, com a análise de processos já transitados em julgado, no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Recife. Por fim, foram apresentadas as conclusões acerca do tema em pauta.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Violência doméstica. Perfil da ofendida.

Projeto de Pesquisa: Violência Doméstica Contra Mulher: uma análise crítica do perfil da ofendida no Juizado da Mulher do Recife (2012-2013).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E INTERSETORIALIDADE: DESAFIOS DA INFORMAÇÃO

Anderson Damião Ramos da Silva¹; José Afonso Chaves²

¹ Estudante do Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais; Bolsista IC Voluntário. E-mail: anderson.damiao.ramos@hotmail.com

² Professor do Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais. E-mail: afonchaves1@yahoo.com.br

A categoria juventude tem elevado sua importância no bojo da formulação e da implementação de políticas públicas por evidenciar um grupo para o qual se deposita a esperança e o futuro da cidade e da nação. Envolta nessa expectativa, ela apresenta-se como um grupo multicultural, mesclado por dimensões sociais, históricas, raciais, políticas e geográficas, constitutivas de identidade e singularidade. Por essa pluralidade, observa-se com urgência a necessidade da integração das áreas que compõem o poder público na articulação de estratégias de gestão, desde o planejamento à concretização das políticas públicas, como prerrogativa para a efetiva cobertura e atendimento das demandas desta categoria. Esta pesquisa objetivou analisar o papel da intersectorialidade na concepção e implementação das políticas públicas para a juventude da cidade do Recife no período de 2001 a 2010, avaliando as potencialidades, os limites e a capacidade de responder às demandas dos grupos juvenis especialmente mais requeredores das políticas, a partir de pesquisa documental e entrevistas com gestores públicos da área da juventude da cidade do Recife. Contudo, se, em tese, o princípio da intersectorialidade mescla-se com a horizontalização de ações, com a inovação e incorporação de novas responsabilidades, distribuídas entre os órgãos que planejam, executam e avaliam as políticas, e não apenas entre os que as subsidiam, a realidade denunciou a ausência concreta da premissa básica para avaliação das políticas, materializada no não acesso à documentação e registro dos dados. O acesso aos dados constituiu-se, assim, em desafio para o de acesso à informação, desnudando, por outro lado, as estruturas fragmentárias e instáveis da organização pública, em que as mudanças de gestão e rotatividade de técnicos, por exemplo, significam a total perda de informações, inviabilizando, dessa forma, possíveis avaliações dos projetos e programas existentes. Esse dado, embora negativo, é sinalizador de novas exigências de responsabilidade para o zelo com os dados públicos, sem os quais o conhecimento e crítica das políticas públicas são inviabilizados.

Palavras-chave: articulação intersectorial, ação social, jovens.

Título do Projeto de Pesquisa: A intersectorialidade das políticas públicas da juventude da cidade do Recife. De 2001 a 2010.

FATORES SIGNIFICATIVOS NA FORMAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL

Azenate nascimento da silva Nóbrega¹; Adilson celestino de lima²

Estudante do Curso de Administração do Centro de Ciências Sociais; Bolsista (da UNICAP, FACEPE ou do CNPq) ou IC Voluntário. E-mail: azenascimento@gmail.com

Professor do Curso de Administração do Centro de Ciências Sociais; E-mail: celestinolima@yahoo

As empresas de tecnologia da informação e comunicação estão passando por uma transformação, que substituiu grande parte do seu maquinário por Capital Intangível, que é um bem difícil de mensurar. Muitas empresas valem mais do que o expresso em seu valor de mercado. Por isso há uma necessidade de quantificar em valor monetário o Capital Intelectual para as empresas de tecnologia da informação e comunicação do Porto Digital, de modo que possa ser inserido o valor dos ativos intangíveis na contabilidade. Definir e analisar as variáveis que indicam o grau de importância, que as empresas de tecnologia da informação e comunicação do porto digital dão ao Capital Intelectual e o que fazem para estimular e manter a dinâmica das relações e o conhecimento adquirido com o capital humano dentro da empresa. A fim de descobrir a real importância que o Capital Intelectual representa, foram distribuídos questionários durante 20 dias nas empresas do porto digital, contendo 41 variáveis que foram criadas pelo professor e as alunas, com escala, medindo entre 1 para o menos importante e 5 para o mais importante. Os dados foram analisados com o software SPSS, onde testamos o grau de confiabilidade das variáveis com o coeficiente Alfa de Cronbach que mediu 0,934; utilizamos a análise fatorial a fim de diminuir a quantidade de variáveis utilizadas para mensurar o capital intangível. Na primeira análise, surgiram doze fatores, que foram simplificados para quatro, sendo esses decisivos na formação do capital intelectual.

Palavras-chave: Capital Intelectual; Capital Humano; Tecnologia da Informação; Dinâmica da Relações.

Projeto de Pesquisa: Formação do Capital Intelectual nas Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação do Porto Digital.

O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Bruno de Oliveira Jardim Pedrosa¹; Carolina Valença Ferraz²

¹ Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista Voluntário; e-mail: brunopedrosa@hotmail.com.br

² Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; e-mail: carolinavferraz@hotmail.com

O Direito Constitucional encontra-se numa nova fase, em que a Lei Maior figura no centro do ordenamento jurídico, irradiando sua força normativa para todos os demais ramos do Direito, de maneira a vincular, necessária e obrigatoriamente, toda operação de realização do Direito aos valores nela consagrados. Assim, sendo a Convenção da Pessoa com Deficiência o primeiro tratado internacional acolhido pelo ordenamento pátrio com equivalência de norma constitucional, objetivou-se analisar os efeitos de sua ratificação, sob a perspectiva civil-constitucional (a tutela dos direitos existenciais entre particulares), mormente no tocante ao direito à educação. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico de livros e artigos que tratam da educação inclusiva, da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, bem como do denominado Neoconstitucionalismo, para então analisarmos o tratamento jurisprudencial dado à temática da educação inclusiva no âmbito privado. Após a constatação da adoção de um novo conceito de pessoa com deficiência, o qual transcende o aspecto meramente clínico e assistencialista, para percebê-la como resultado de sua interação com ambiente social, verificou-se que, no tocante ao direito à educação, a Convenção não fora de todo inovadora, uma vez que a Constituição já trazia, como regra, a ideia de integração no âmbito escolar, de modo a propiciar o acolhimento de alunos, independentemente de seu talento, origem socioeconômica e deficiência, por entender seu papel no crescimento da personalidade do indivíduo, e do desenvolvimento de suas capacidades como ser humano. O Judiciário, quando demandado, tem-se mostrado efetivo mecanismo de inclusão social, e garantia à dignidade dos segmentos vulneráveis, não mais se limitando à conservação do existente, uma vez que não lhe cabe a aplicação de institutos que possam representar formas excludentes de cidadania, ainda que em seu desfavor seja invocada autonomia privada. Ocorre que os objetivos almejados tanto pela Constituição como pela recente ratificação da referida Convenção não se devem esgotar na edição normativo-textual, tampouco nos escassos casos que chegam à Justiça, sob pena de restar fadada ao fracasso. Não se pretende aqui negar a importância de sua outorga, ao revés, sua equiparação à norma constitucional só vem a reiterar a necessidade de promover a dignidade desse segmento. Faz-se preciso, porém, avançar no sentido de conscientizar uma sociedade que parece caminhar em sentido oposto ao da evolução normativa, fazendo valer o pleno exercício de suas liberdades fundamentais.

Palavras-chave: direitos fundamentais; relações interprivadas; neoconstitucionalismo.

Projeto de Pesquisa: A tutela jurídica dos grupos vulneráveis – a proteção civil-constitucional da diversidade.

DO MONOPÓLIO DA ÚLTIMA PALAVRA AO COOPERATIVISMO INSTITUCIONAL

Cleópatra Vanessa Santana da Silva¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntária. E-mail: cleopatrasantana@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

Estamos vivendo dias de “expansão global do Poder Judiciário”. Essa ascensão é fruto do modelo de jurisdição constitucional dos Estados contemporâneos e, no Brasil intensifica-se ainda mais devido ao nosso sistema de controle de constitucionalidade ser bastante abrangente. Como consequência dessa supremacia, temos conseguido visualizar dois fortes fenômenos: o ativismo judicial e a judicialização da política e das relações sociais. Tais fenômenos podem ser identificados no Judiciário brasileiro como um todo, mas, em especial, no seu expoente máximo, o Supremo Tribunal Federal. Tal órgão, como “guardião” e “intérprete maior” da Constituição, detém o monopólio da “última palavra” em questões constitucionais, mas nem por isso se deve chegar à conclusão de que o STF é o intérprete exclusivo da nossa Carta Magna. Não podemos nos prender a uma visão estereotipada de instituições fechadas, imunes a qualquer interferência, sendo assim, a nossa pesquisa teve como enfoque maior, a busca por alternativas que favoreçam a dinâmica das relações entre o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, pois o foco de poder concentrado apenas em uma instância põe em risco o Estado Democrático de Direito. Tais alternativas são desenvolvidas nas teorias dialógicas de jurisdição constitucional que defendem a não existência da última palavra na democracia, mas sim uma relação de cooperação entre os atores políticos e o Judiciário em prol da efetivação dos direitos fundamentais. Entretanto, não nos detivemos somente na análise dos diálogos travados entre instituições políticas e jurídicas, pois defendemos, assim como Peter Häberle, um diálogo que ecoe por toda a sociedade, por todos aqueles que, direta ou indiretamente, estejam sob a égide da Constituição. Pudemos constatar através de análises jurisprudenciais que, mesmo lentamente, já existe uma abertura dialógica entre as nossas instituições, mas, infelizmente, boa parte dessa abertura foi empreendida por provocações recíprocas e não pelo desejo dialógico. O que importa é reconhecermos que o futuro dos Estados Democráticos de Direito é este: um diálogo proeminente e ativo entre as instituições e toda a sociedade.

Palavras-chave: supremacia judicial; teorias dialógicas; ativismo judicial; separação de poderes; interpretação constitucional.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da política: para uma demarcação do processo de domesticação do "político" pela jurisdição constitucional no Brasil.

A EXIGIBILIDADE DOS INTERESSES PURAMENTE MORAIS NAS RELAÇÕES EXISTENCIAIS

Dilermando de Lima Costa Ferreira¹; Catarina Almeida de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: dilermando2012@live.com

²Professor do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: catarinaa@uol.com.br

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova perspectiva ao ordenamento jurídico brasileiro, trazendo em seu bojo diversos direitos e garantias fundamentais. Notadamente no âmbito familiar, onde ocorre a grande maioria das relações existenciais, o princípio chefe da dignidade da pessoa humana vem atuando fortemente. Ainda mais, o princípio do melhor interesse do menor vem orientando a jurisprudência na busca de mecanismos mais eficazes para assegurar direitos estabelecidos no próprio texto constitucional. Em virtude disto, as normas de direito obrigacional, ramo que tem predominante caráter patrimonial, vêm sendo aplicadas às relações familiares, ramo em que se sobressai o caráter moral. Nas relações familiares, o poder familiar, antes pátrio poder, é o que melhor exemplifica a discussão em evidência. Em consideração ao poder em posse dos genitores, a ordem jurídica do país estabelece, em diversos momentos e dispositivos gerais, específicos e constitucionais, os deveres que cabem àqueles em favor de sua prole, geralmente menores. Logo, assim como ocorre nas obrigações em sentido estrito, o não cumprimento de um dever ocasiona o inadimplemento da obrigação. As consequências são a indenização dos danos causados, no caso de não mais haver possibilidade de prestação, ou uma prestação específica estabelecida em acordo ou a exigida em lei, conforme o caso concreto. Pode-se utilizar da responsabilidade civil - instituto afim ao direito obrigacional - nas hipóteses de descumprimento de deveres no âmbito familiar; abre-se a possibilidade de utilização de outros institutos do direito obrigacional. Logo, as astreintes se mostram condizentes com as situações em que haja o inadimplemento relativo e ainda identifique-se a possibilidade da prestação. Em observação à temática trabalhada acrescenta-se apenas a utilidade da prestação e a existência do melhor interesse do menor. Não há empecilho ao uso de normas relativas ao direito obrigacional no direito familiar e não haver vedação legal para tanto. Acrescente-se que, no âmbito familiar, é possível a caracterização do dano moral, logo, não há motivo para se afastar a reparação civil, mesmo sendo o dano de difícil prova.

Palavras-chave: obrigações; família; responsabilidade civil; astreintes.

Projeto de Pesquisa: A Eficácia dos Direitos Existenciais nas Relações Parentais

A ADEQUAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS AO NOVO CONTEXTO SOCIAL E TECNOLÓGICO: O TELETRABALHO

Elis Helena Leão de Sabóia¹; Fábio Túlio Barroso²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: elishlsaboia@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas.; E-mail: fabiobarroso@yahoo.com

O Direito do Trabalho, desde o seu surgimento, evolui como consequência das mudanças da sociedade e das novas necessidades sociais geradas por estas mudanças. Assim, como os avanços tecnológicos repercutem fortemente na sociedade, de modo que a tecnologia está cada vez mais presente nas relações sociais, as relações de trabalho também são atingidas, permitindo a expansão de formas não tradicionais de trabalhar, principalmente o trabalho a distância. Este, também conhecido como teletrabalho, é caracterizado pela prestação dos serviços do trabalhador fora do ambiente físico da empresa empregadora e, para que seja possível sua implantação, necessita de várias adaptações da relação tradicional entre empregado e empregador, como a mudança do foco para a produtividade e não mais na fiscalização visual da jornada, já que pode ser realizado em qualquer espaço longe da sede da empresa, o que implica vantagens e desvantagens que precisam ser consideradas na decisão sobre implantar ou não este novo sistema. Para se adaptar a essa mudança, no âmbito do Direito do Trabalho, foi criada a Lei 12.551/11 que modificou o art. 6º da CLT, ampliando a proteção legal dos trabalhadores que trabalham em seu domicílio para aqueles que trabalham em qualquer ambiente externo fora da empresa. Além disso, a lei incluiu no art. 6º da CLT o parágrafo único, equiparando, para fins de subordinação os meios tecnológicos aos meios diretos e pessoais de comando, e ainda provocou mudanças na súmula 428 do TST, ampliando a aplicação do regime do sobreaviso para qualquer situação em que o trabalhador esteja a distância e em período descanso.

Palavras-chave: tecnologia; trabalho a distância; subordinação virtual.

Projeto de Pesquisa: Direito Trabalhista na pós-modernidade: consequências normativas e sociais.

LEI MARIA DA PENHA: EXPANSÃO E IMPORTÂNCIA DA LEI QUE TUTELA A MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL.

Iana Lira Pires¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP; e-mail: ianalirapires@gmail.com.

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; e-mail: mariliamello@hotmail.com.

Com o advento da Lei 11.340/06, denominada de Lei Maria da Penha, a violência doméstica contra a mulher, que sempre foi tida como um conflito privado, ganhou uma grande visibilidade social. Essa legislação específica de caráter punitivista, amparada na simbologia de repressão das penas das instituições criminais, foi um mecanismo encontrado pelas feministas para que a violência conjugal tivesse, segundo elas, um tratamento adequado, visto que os Juizados Especiais Criminais, além de optarem por medidas despenalizantes na solução do conflito, tratavam as condutas típicas mais recorrentes da violência doméstica como crimes de menor potencial ofensivo. Tendo como marco teórico a criminologia crítica, se faz necessário observar os reflexos da Lei Maria da Penha nas soluções dos conflitos, verificando não só a resposta oferecida pelo sistema de justiça criminal, mas também se esta vai de encontro com a pretensão da vítima. Em um primeiro momento, o estudo foi desenvolvido através de leitura de livros, artigos e precedentes jurisprudenciais. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da cidade do Recife e, através da pesquisa quantitativa nos processos do ano de 2007 ao de 2010, constatou-se que os crimes praticados com maior incidência contra a mulher são ameaça, lesão corporal e injúria. Apesar de serem delitos tidos como de baixa lesividade para a legislação penal, há, por parte da Lei Maria da Penha, um tratamento mais rígido que, por vezes, não coincide com o desejo da vítima, que utiliza o sistema penal com o intuito de minorar o conflito, na tentativa de fazer com que o autor pare com as agressões. Ao tutelar esta situação, o Direito Penal não previu as complexidades oriundas da relação das partes, não podendo responder da forma almejada pela vítima por só saber responder com a pena em seu caráter exclusivamente retributivo.

Palavras-chave: Juizado Especial Criminal; Lei Maria da Penha; Violência doméstica e familiar contra a mulher.

Projeto de Pesquisa: Do Juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: a Expansão do Direito Penal na Violência Doméstica Contra a Mulher no Brasil.

AS RESPONSABILIDADES DO ESTADO EM DECORRÊNCIA DO CRESCENTE USO DA TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Flávia Marcela Ferrão Xerita Maux¹; Fábio Túlio Barroso²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário; E-mail: flaviamaux@gmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Trabalho do Centro Ciências Jurídicas; E-mail: fabiobarroso@yahoo.com

O objetivo do projeto é o de apresentar à comunidade científica a abordagem realizada durante a pesquisa sobre a real responsabilidade do Estado (da teoria à prática), perante os contratos precários decorrentes da terceirização, os quais mitigam direitos dos obreiros por não haver nem fiscalização, nem normatização suficientes que garantam seu uso como exceção, já que hoje é usado como regra, e que o regulamentem de forma adequada. Para tanto, estuda-se paralelamente, a realidade da terceirização na Administração Pública, as influências advindas das modificações do Direito do Trabalho e do contexto econômico, social, político e jurídico por meio do método dedutivo, método indutivo, bem como o método técnico-jurídico, levantando a problemática das repercussões sociais acarretada sobre o fenômeno da terceirização. Foi analisado, inclusive, que o universo trabalhista tem sofrido os efeitos de uma grande revolução econômica no contexto mundial, decorrente de fenômenos como a globalização, o neoliberalismo, o capitalismo. Afinal, a globalização reduz o mundo, transformando-se em uma tendência de um mercado mundial único, implantou uma nova dinâmica. É vista como possível fenômeno propulsor da flexibilização das normas laborais, as quais surgiram como uma tendência nas relações entre patrões e obreiros. O Brasil, ademais, sentiu gradativamente os efeitos dessa mudança de paradigmas no âmbito trabalhista, adotando, portanto, medidas flexibilizatórias, como forma de amenizar o rigor, a rigidez de certas normas jurídicas laborais, dentre as quais a terceirização (contratação de serviços por meio de empresa intermediária entre o tomador de serviços e a mão-de-obra, mediante contrato de prestação de serviço, onde a relação de emprego ocorre entre o obreiro e a empresa prestadora do serviço). Ocorre que a terceirização não é devidamente tratada, pois sua utilização agrega, ainda hoje, a não valorização dos trabalhadores terceirizados, tratados de forma diferente com os demais, sem olvidar o atentado contra a dignidade do trabalhador brasileiro que já ocorre há décadas. Isso acaba gerando no sucateamento da relação obreiro e patrão, pois a utilização permanente desta mão-de-obra não especializada, barata e sem incentivos profissionais, acarreta no descaso para com o trabalhador terceirizado, não visto como pessoa digna de respeito e proteção, mas sim como “um meio” para galgar o lucro. Pode-se atribuir tal situação ao fato de não haver uma regulamentação adequada e suficiente, pois há preferência ao capital- o que não pode ser admitido. A terceirização, portanto, torna-se sinônimo de precarização. Devido à anomia, a realidade suplica por um olhar minucioso, capaz de ampará-la. Essa, inclusive, possa ser a única solução para terem os obreiros tratamentos de isonomia com os demais trabalhadores. Embora o Tribunal Superior do Trabalho seja visto como pioneiro, através da Súmula nº 331, esta não é suficiente e ainda gera vários debates, teóricos e práticos, além de inseguranças jurídicas, diante dos mais variados julgados sobre questões idênticas – o que poderia ser evitado se devidamente regulamentado. Não obstante tal conclusão, mencionada súmula é, ainda, quem disciplina a terceirização. A grande questão surge do fato da (IR) responsabilização da Administração Pública não ser apenas subsidiária, mas também solidária, sendo necessária analisar caso a caso. Ocorre que o Estado, na prática, não é visto como quem resguarda uma relação de equilíbrio, em atenção ao direito de todo ser humano a um trabalho digno, respeitável, mas sim como uma empresa em potencial, atuando com o suprimimento de direitos dos obreiros terceirizados, embora deveriam protegê-los. O Estado Democrático de Direito, por conseguinte, não pode ficar omissa e se beneficiar dessa omissão. Os Direitos dos Trabalhadores terceirizados não podem ir de encontro ao ideal de justiça, do interesse coletivo, de construção de uma sociedade justa e solidária, conforme afirma de forma expressa a Carta Maior. É imprescindível ir de encontro à atual precarização.

Palavras-chave: Anomia, Dignidade e Precarização.

Projeto de Pesquisa: Direito Trabalhista na pós-modernidade: Consequências normativas e sociais.

CONSTITUCIONALISMO E REGULAÇÃO DA RADIODIFUSÃO

Jéssica Camilly Arcoverde Lopes ¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: jessica.c.a.lopes@gmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: gustavosantos@uol.com.br.

Vivemos em sociedades nas quais a comunicação massiva produz e divulga formas de ver o mundo. Desde o consumo, até a política, vários campos de nossa vida são fortemente impactados pelos meios de comunicação, em especial a radiodifusão. Esse poder pode significar uma ameaça ao indivíduo e à sociedade, caso utilizado para estabelecer mentiras e manipular informações. Democracias constitucionais precisam estabelecer desenhos institucionais que permitam manter esse poder nos parâmetros adequados à preservação de um conjunto de direitos constitucionalmente consagrados. Pensar o problema da radiodifusão apenas com preocupação com a liberdade de expressão dos radiodifusores pode levar à ineficácia de um conjunto de direitos. O constitucionalismo reserva aos direitos fundamentais um papel de relevo, o que pede, em matéria de regulação da comunicação, estratégias voltadas à garantia da efetividade de tais direitos. Nos últimos anos, a América Latina tem vivido um conjunto de conflitos em torno da questão da regulação da comunicação social. Ao mesmo tempo, países como Venezuela, Bolívia e Equador adotaram constituições extremamente marcadas por uma preocupação com a radicalização da democracia. Neste trabalho, buscamos identificar, nesse contexto, desafios e possibilidades, que possam contribuir para o debate brasileiro sobre regulação da comunicação. Identificamos temáticas como impedimento do monopólio, defesa de crianças e adolescentes e garantia do pluralismo como centrais para qualquer debate sobre regulação que tenha por princípio a compatibilização entre mídia, democracia e direitos fundamentais. Princípios que permitem uma regulação com essa visão estão presentes nas constituições do constitucionalismo e, mais claramente, nas dos países citados, que fazem parte daquilo que a doutrina tem chamado de “constitucionalismo latino-americano”.

Palavras-chave: radiodifusão; comunicação; democracia

Projeto de Pesquisa: O “*Novo Constitucionalismo Latino Americano*” e os parâmetros para a regulação da radiodifusão na América Latina.

METAREGRAS E VIOLAÇÃO DE GARANTIAS: ANALISANDO DECISÕES JUDICIAIS DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO NAS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE PERNAMBUCO.

Jéssica Maria Nogueira Bezerra de Carvalho¹; Érica Babini Lapa do Amaral Machado².

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas(CCJ); Bolsista (PIBIC UNICAP).E-mail: jessicabezerracarvalho@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); E-mail:ericababini@hotmail.com

A pesquisa em andamento tem por objeto decisões de medida socioeducativa de internação proferidas em 2011 e 2012, nas Varas da Infância e da Juventude de Pernambuco com o objetivo de compreender se existem no ato decisório códigos ideológicos (*second codes*) relativos à defesa social. Metodologicamente, para extrair as motivações das sentenças, utiliza-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), valendo-se da ferramenta do SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) de tabulação, mineração de dados e distribuição de frequência, a fim de encontrar vínculos entre as categorias e os fundamentos das sentenças, a partir do que será possível compreender as relações que existem entre códigos ideológicos do julgador e as fundamentações judiciais. O *corpus* da pesquisa está sendo coletado, o que justificou a continuidade do trabalho. Foram elaboradas 91 categorias de análise que sendo preenchidas com 76 processos, resulta em 6916 dados para serem analisados em segundo momento. No entanto, em termos de teste foram inter cruzados 10 processos, totalizando 910 dados, os quais, inicialmente, vêm confirmando a hipótese de que garantias fundamentais são violadas e que os julgamentos baseiam-se em fatores extralegais, metaregras decorrentes da ideologia da defesa social e estereótipos, os quais formam marcas que forçam uma identificação psíquica do aplicador do Direito. O marco teórico que se debruça é a proposta de Alexandra Moraes da Rosa (2004), segundo o qual o jurista deve manejar os instrumentos dogmáticos de maneira crítica, abdicando de argumentos retóricos, bem como evitar o positivismo jurídico e uma decisão incrustada de códigos ideológicos e seletividade.

Palavras-chave: códigos ideológicos; decisões de medida socioeducativa de internação; adolescentes em conflito com a lei

Projeto de Pesquisa: A criminalização secundária nas medidas socioeducativas de internação na cidade do Recife: a sociedade punitiva e os desafios à doutrina da proteção integral.

CONSTITUIÇÃO, DEMOCRACIA E SUPREMACIA JUDICIAL. CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA UMA ANÁLISE DA NOVA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

João Vitor Freitas de Paiva¹; João Paulo Allain Teixeira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: paiva_jv@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jpallain@hotmail.com

O constitucionalismo contemporâneo apresenta como uma de suas características a Judicialização das relações interpessoais de forma geral, ou seja, houve uma constitucionalização não apenas do Direito, mas também de boa parte da vida cotidiana dos cidadãos. Nessa toada a Judicialização da política é uma consequência lógica e previsível das Constituições analíticas hodiernas, passando assim o judiciário a assumir verdadeiro protagonismo institucional em face dos outros poderes estatais. Esta pesquisa circunda seu objetivo no fenômeno da Judicialização da Política, versando sobre o recente aumento da esfera de competência do judiciário, e no ativismo judicial, que trata da atitude proativa dos tribunais ante as questões de cerne político. Desenvolvemos o plano de trabalho a partir de meticulosa pesquisa doutrinária, através de autores pátrios e estrangeiros, abalizada sempre pelos mais recentes arestos dos tribunais superiores brasileiros. Depois de identificar as nuances que envolvem os fenômenos pesquisados, tratamos de explicá-los e correlacioná-los a partir da realidade jurídico-institucional nacional, buscando minimizar os efeitos antidemocráticos e tornar a jurisdição constitucional brasileira mais próxima dos cidadãos. Isto posto, pudemos auferir a importância da jurisdição constitucional para a manutenção e expansão da democracia e para o equilíbrio entre os poderes do Estado, não podendo todavia extrapolar os limites constitucionais de sua atuação.

Palavras-chave: judicialização; política; ativismo; jurisdição; constitucional.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para uma Demarcação do Processo de Domesticação do “Político” pela Jurisdição Constitucional Brasileira

ETNOGRAFANDO AUDIÊNCIAS DE APRESENTAÇÃO POR APREENSÃO EM FLAGRANTE EM RECIFE: CONTINUISMO MENORISTA ANTE O PARADIGMA DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Juliana Marques Lyra Carneiro Leão¹; Érica Babini Lapa do Amaral Machado²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Voluntária. E-mail: julianacleao@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); E-mail: ericababini@hotmail.com

Sob influência direta da Constituição Federal de 1988 e em meio a um processo de redogmatização internacional do tratamento conferido à infância e juventude, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Esse dispositivo representou uma ruptura na institucionalização segregativa num contexto social estigmatizante, fruto do Código de Menores, conferindo direitos e garantias específicas ao grupo. O novo paradigma introduziu a Doutrina da Proteção Integral, segundo o qual o adolescente que comete ato infracional deverá ser responsabilizado levando em consideração sua condição especial de ser em desenvolvimento, com a aplicação de uma medida socioeducativa. Todavia, após dois meses assistindo diariamente audiências na Vara da Justiça Sem Demora, foram verificados elementos caracterizadores de um sistema menorista, calcado na aplicação indistinta e desigual de disposições jurídicas, afrontando garantias consagradas em um plano normativo. Isto é, o juiz exerce ampla discricionariedade em sua metodologia decisória, marcada visceralmente por fatores extrínsecos à norma. Estes, por sua vez, regem a imposição de medidas assecuratórias, as quais deveriam representar uma excepcionalidade na intervenção estatal, como é o caso da internação provisória. Esta prática irregular no reconhecimento jurisdicional de direitos e garantias processuais-penais, além de violar princípios constitucionalmente abarcados, é legitimada por um senso social geral de punibilidade ao indivíduo infrator, ignorando quaisquer condições reais que o motivaram ou estimularam a transgredir a norma. O presente projeto de pesquisa conduziu-se calcado a partir de tais premissas, por meio de um estudo preliminar teórico, com base na criminologia crítica, seguido por uma investigação prática na Vara da Justiça sem Demora, com metodologia etnográfica.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Discricionariedade; Fatores extrínsecos; Senso de punibilidade;

Projeto de pesquisa: A criminalização secundária nas medidas socioeducativas de internação na cidade do Recife: a sociedade punitiva e os desafios à doutrina da proteção integral.

PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL: ETNOGRAFANDO AS AUDIÊNCIAS NOS PROCESSOS DE IMPUTAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO RECIFE

Keunny Raniere Carvalho de Macêdo Filho¹; Érica Babini Lapa do Amaral Machado²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP; E-mail: keunnyr93@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ericababini@hotmail.com

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado pela Lei 8.069/90 e consagrado nos termos dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988, estabelece um novo paradigma no tratamento conferido à infância e juventude. Antes alicerçado sob os parâmetros da Doutrina da Situação Irregular, o menor submetia-se à tutela do Estado, que regido pelo binômio menor/delinquente, resultava em um processo de intenso aprisionamento. Com o advento do ECA, a Doutrina da Proteção Integral passa a elencar garantias próprias do sistema constitucional para a apuração de atos infracionais, impedindo violações de direitos e garantias fundamentais, ainda que em nome da “socioeducação”, determinando novo marco no tratamento à infância e juventude ao reconhecer seu status de sujeito de direitos e deveres em condição peculiar de desenvolvimento. Destarte, é sob a égide da Criminologia Crítica que se tem o marco teórico norteador da presente pesquisa. Para tanto, realizou-se estudo bibliográfico, seguido de pesquisa de campo nas 3ª e 4ª Varas da Infância e Juventude da cidade do Recife, no período de abril a junho do ano de 2013, valendo-se da metodologia etnográfica, com o objetivo de compreender como a política de criminalização secundária atua nas audiências de apuração de ato infracional, de modo a investigar o grau de cumprimento de garantias penais e processuais quando da aplicação das medidas socioeducativas. Restou comprovado que a implementação da nova política guarda muitos resquícios do antigo sistema menorista, que aliada à excessiva intervenção estatal por meio do Poder Judiciário, conferindo ao juiz poder quase absoluto de decisão, detendo ampla discricionariedade na imposição de medidas, termina por restringir as prerrogativas constitucionalmente asseguradas pelos referidos diplomas legais. Outrossim, constata-se que essa política de criminalização secundária concebe uma estereotipação do jovem infrator, invariavelmente oriundo de camadas mais vulneráveis, que termina por determinar não somente seu público alvo, como também a forma pelo qual serão submetidos e tratados no decurso do processo judicial de apuração do ato infracional praticado.

Palavras-chave: ECA; doutrina da proteção integral; criminalização secundária.

Projeto de Pesquisa: A criminalização secundária nas medidas socioeducativas de internação na cidade do Recife: a sociedade punitiva e os desafios à doutrina da proteção integral

RADIODIFUSÃO E RELIGIÃO: DILEMAS ENTRE LIBERDADE E IGUALDADE.

Laísa Reis Duarte Farias¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC CNPq. E-mail: laisa.reis@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas. E-mail: gustavosantos@uol.com.br

Nos últimos anos, houve um considerável aumento da presença das igrejas nas programações de rádio e televisão no Brasil. O fenômeno nomeado por Venício Lima de ‘coronelismo eletrônico evangélico’ é configurado pelo domínio de certos grupos religiosos nos principais campos da comunicação. A Constituição brasileira, em seu art. 19, I, determina que é vedado ao poder público “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Na radiodifusão, serviço público, a forte presença de igrejas coloca em questão esse distanciamento. Essa presença, em especial de certos grupos evangélicos cresce, também, no âmbito da representação política, já que são responsáveis por divulgar candidatos que lhes são favoráveis para ocupar cargos públicos eletivos. O trabalho buscou identificar os principais pontos a serem discutidos em uma interpretação constitucionalmente adequada da participação de instituições religiosas na programação da radiodifusão. Um aspecto a se considerar no fenômeno da participação de instituições religiosas nos meios de comunicação é que envolve o debate sobre ‘liberdade’ e ‘igualdade’. Por um lado, a livre manifestação do pensamento envolve a livre divulgação de convicções religiosas, o que, em tese, querem os que buscam acesso a programas de rádio e televisão. Por outro lado, a radiodifusão é um serviço público, que deveria, portanto, fornecer espaço a todos os grupos religiosos. Por ser um campo restrito, beneficia, hoje, apenas grupos que têm capacidade econômica/financeira de investir no aluguel de espaços em rádios e TVs. Um caminho seria repensar o chamado “direito de antena”, que hoje beneficia exclusivamente partidos políticos, com o acesso a tempo de rádio e televisão, para abrir espaço também a instituições religiosas, nos quais grupos minoritários pudessem exercer seus direitos junto a grupos que já possuem visibilidade neste meio. No entanto, a regulação da comunicação enfrenta impasses, acusada comumente de significar uma redução no campo da liberdade de expressão.

Palavras-chave: Estado laico; radiodifusão; igualdade.

Projeto de Pesquisa: Jurisdição constitucional e regulação da comunicação na América Latina

UMA CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA: A LIBERDADE DE CRENÇA E DE CREDO E O COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS

Luísa Câmara Rocha¹ ; Carolina Valença Ferraz²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciência Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: luisa-camara@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas. E-mail: carolinavferraz@hotmail.com

As minorias religiosas, mais notadamente as religiões de matrizes africanas, constituem uma parcela da sociedade em condições de vulnerabilidade social, por razões sociológicas, históricas e políticas. Nesse contexto, tendo a Carta Magna força política que pode ser usada para concretização de direitos fundamentais, e tendo como norte a efetivação do direito fundamental à liberdade de crença e de credo, faz-se necessário buscar formas assecuratórias do livre exercício dos seus cultos religiosos, promovidos por meio da tutela de um Estado laico e garantidor do direito à diversidade religiosa, como forma precípua de combate à intolerância religiosa. Após leituras e discussões sobre o marco teórico do presente trabalho, usando os métodos hipotéticos dedutivo e empírico observador, foram realizadas entrevistas semiestruturadas de forma individual e coletiva com as/os religiosas/os de matrizes africanas. Foram enumeradas e identificadas pelas/os componentes dos referido grupo as principais dificuldades que elas/es encontram cotidianamente para professar sua crença e seu credo, seja no tocante ao próprio direito à liberdade de culto, no sentido coletivo, quanto com relação às discriminações que sofrem, de maneira individual, quando se autodeclaram seguidoras/es de religiões afros, tendo ainda sido feitas pontuações por parte das/dos religiosas/os de como elas/es acreditam que o poder público pode ajudar a garantir o seu direito fundamental a liberdade de crença e de credo. Assim, diante da pesquisa realizada, tanto na sua forma teórica quanto prática, foi perceptível que há uma dificuldade de concretização do direito fundamental à liberdade de crença e de credo desse grupo vulnerável, quer por questões de ordem macroestruturais da formação da sociedade brasileira, quer por questões de desconhecimento dos dogmas religiosos das religiões afro o que acaba por fomentar a intolerância religiosa.

Palavras-chaves: religiões de matrizes africanas; intolerância religiosa; direito fundamental a liberdade de crença e credo.

Projeto de Pesquisa: A tutela jurídica dos grupos vulneráveis – a proteção civil-constitucional da diversidade.

IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE JURÍDICA NA SISTEMÁTICA LEGAL E JURISPRUDENCIAL BRASILEIRA PARA A DESCONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS

Maria Eduarda Cavalcanti de Albuquerque Mello¹; Carolina Valença Ferraz²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: m.e.mello@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: carolinavferraz@hotmail.com

Nossa sociedade espera que o gênero seja a reflexão do sexo, ou seja, a forma de ser feminina ou masculina (roupas, trejeitos, etc) é determinada pela genitália. Para aqueles que não se encaixam a essa submissão cultural, a luta pela aceitação de sua identidade e de suas formas de expressão é diária. Isso porque pertencer a um gênero que não lhe contempla além de trazer angústias e medo, faz com que os mesmos sejam alvos de discriminações e preconceitos, atitude que atinge diretamente princípios como o da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da privacidade. Assim, desenvolveu-se um estudo de modo a investigar as necessidades sócio-jurídicas desse grupo vulnerável e qual o papel que o Estado deve desempenhar nessa relação. Para a realização deste trabalho foi feito um levantamento de dados através de pesquisa bibliográfica, documental e experimental acerca de aspectos objetivos e subjetivos da identidade - como também da construção da mesma - dos transgêneros e das problemáticas enfrentadas por eles na sociedade, como também uma análise e comparação da legislação brasileira atual e de outros países, das propostas de leis e decisões judiciais existentes. Os processos que tramitam no direito brasileiro envolvendo os transgêneros são inúmeros, além de mostrarem-se lentos, suas decisões muitas vezes são conflitantes. A inexistência de um regime jurídico definido previamente acerca dessas problemáticas faz com que haja uma imprevisibilidade jurídica, gerando desconforto e insegurança não só para as pessoas que estão diretamente envolvidas, como para toda a sociedade. A criação cuidadosa de uma legislação específica faria com que longas esperas por decisões judiciais - e diversos constrangimentos que ocorreriam enquanto isso -, fossem evitados ou, até mesmo, deixassem de ser necessários. A maior necessidade, entretanto, é que além da garantia jurídica, haja também políticas públicas que visem aprimorar o conhecimento da população acerca do que é gênero, sexo, expressão sexual e suas diferenças para que pessoas de todas as idades possam entender seus próprios conflitos e assumir sua real identidade sem temer a rejeição e o preconceito.

Palavras-chave: transgêneros; dignidade; Estado.

Projeto de Pesquisa: A Tutela Jurídica dos Grupos Vulneráveis – A Proteção Civil-constitucional da Diversidade

FATORES GERADORES DO CAPITAL INTELECTUAL

Maria Luiza Barbalho Brito Cavalcanti¹; Adilson Celestino de Lima²

¹Estudante do Curso de Administração do Centro de Ciências Sociais; Bolsista do CNPq. E-mail: luh.barbalho@gmail.com

²Professor do Curso de Administração do Centro de Ciências Sociais; E-mail: celestinolima@yahoo.com.br

O capital intelectual está muito presente em todas as empresas de tecnologia da informação e comunicação do Porto Digital, objeto de estudo deste trabalho, sendo, por isso, um componente muito importante na hora de mensurar o capital da organização. Em uma empresa, usualmente é contabilizado apenas o valor de seu ativo tangível. Porém, com a chegada de empresas de TIC, chegou também a necessidade de medir o seu verdadeiro valor, que se encontra no capital Intelectual ou Intangível, composto pelo Capital Humano, Capital Estrutural, Ambiente Organizacional e Gestão de Recursos Humanos. Foram elaborados questionários com o intuito de definir quais variáveis seriam importantes na hora de quantificar o capital intelectual. Os questionários continham 41 variáveis, com cada variável definida por valores de 1 a 5, sendo 1 menos importante e 5 muito importante. Uma vez finalizados, estes questionários foram enviados a empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação para que fossem respondidos e devolvidos. A partir daí, foram selecionadas as variáveis que seriam utilizadas para quantificar esse capital, através da análise fatorial feita no software SPSS, para agregar variáveis em seus determinados grupos, ou no caso, fatores. Fazendo uso desta análise, foram retiradas as variáveis que se mostraram desnecessárias e acrescentadas novas variáveis, essas mais relevantes para o objetivo final. Assim, foi possível criar uma ferramenta que pudesse auxiliar empresas a terem ciência de seu real valor, contabilizando não apenas seus ativos tangíveis, mas também os intangíveis.

Palavras-chave: Capital Intelectual; Capital Intangível; Tecnologia da Informação e Comunicação; Análise Fatorial.

Projeto de Pesquisa: Formação do Capital Intelectual nas Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação do Porto Digital.

A LEI MARIA DA PENHA E A ANÁLISE DE SUAS MEDIDAS PROTETIVAS APLICADAS NA CIDADE DO RECIFE

Mateus Siqueira Pacheco¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: mateussiqp@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: mariliamello@hotmail.com

Com a aprovação da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha após as exigências de diversos grupos feministas frente ao Estado houve a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher que detinham a competência para julgar estes tipos de conflito. Apesar de ser reconhecida pelo tratamento penal essa lei trouxe inovações no campo jurídico ao também incluir nestes juizados a competência civil. Entre as medidas de natureza civil estão as medidas protetivas que buscam a prevenção e o fim das agressões através de uma série de opções, limitadoras de direitos do acusado ou assistenciais à vítima, disponíveis ao requerimento da mulher e posterior aprovação do juiz. Então foi de grande importância o desenvolvimento desta pesquisa para constatar como as mesmas estão sendo aplicadas, quais as medidas mais utilizadas e se elas realmente conseguem encerrar a situação de violência. A pesquisa foi desenvolvida primeiramente pelo levantamento bibliográfico seguido pelo trabalho de campo no 1º juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher da cidade do Recife através da análise dos processos datados nos anos de 2007 a 2010. Observou-se que as medidas protetivas mais requeridas nestes processos foram as de proibição do agressor de se aproximar da vítima, seus familiares ou testemunhas, e a de vedar ao mesmo de frequentar determinados locais, demonstrando o interesse da vítima na busca do fim da situação de violência. Mas ao vincular as medidas protetivas à ação penal a nova lei acaba por não responder a vontade de uma grande parte das mulheres vítimas que não querem a persecução penal do agressor com quem elas mantêm ou já mantiveram uma relação de afetividade. Isto pode ser corroborado pelo fato de que em menos de 1/5 dos casos houve o pedido de restrição das visitas aos menores. Logo a lei nº 11.340/2006 retira a autonomia da mulher ao obrigá-la a seguir apenas um caminho (o da denúncia e posterior persecução penal do agressor) quando esta busca a ajuda do Estado, impossibilitando novas formas de resolver estes conflitos e simplificando o problema, mesmo já tendo sido atestado a falha do sistema penal como forma eficaz de resolução dos problemas sociais.

Palavras-chave: Violência doméstica contra a mulher; Lei nº 11.340; Medidas Protetivas de urgência.

Projeto de Pesquisa: Do Juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: a Expansão do Direito Penal na Violência Doméstica Contra a Mulher no Brasil.

NOVAS PERSPECTIVAS DO CONTROLE DAS OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO “LEGISLADOR NEGATIVO”?

Mateus Victor Pereira Cavalcanti¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); IC Voluntário.

E-mail: mateus_victor1@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);

E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

A pesquisa buscou analisar se o Supremo Tribunal Federal (STF) se mantém fiel ao dogma do “legislador negativo”, a partir do controle das omissões normativas inconstitucionais, com a finalidade de perceber se o Tribunal vem assumindo atualmente uma postura ativista na garantia de direitos constitucionais, cujo exercício depende de norma regulamentadora. Inicialmente, procedeu-se ao estudo das principais ideias que fundamentam a tese do “legislador negativo”, formulada por Hans Kelsen, para indicar a natureza dos Tribunais Constitucionais. Foi possível observar que, no primeiro momento, prevaleceu na jurisprudência do STF o entendimento segundo o qual o Tribunal, no caso de inconstitucionalidade por omissão, deveria restringir sua atuação à simples comunicação do órgão estatal para adotar as medidas cabíveis. Nesses casos, afastava-se da possibilidade de proferir sentenças de caráter normativo para sanar a omissão legislativa, atuando como “legislador negativo”. No entanto, o STF, especialmente a partir do julgamento dos Mandados de Injunção 670, 708 e 712, alterou substancialmente seu posicionamento. Na ocasião, o Tribunal determinou a aplicação da Lei nº 7.783/89, que disciplina o direito de greve para os trabalhadores privados, aos servidores públicos, objetivando conceder eficácia ao disposto no Art. 37, VII, da Constituição, atribuindo, inclusive, efeitos *erga omnes* à decisão. Por conseguinte, evidencia-se hoje uma participação mais ampla e intensa do STF na efetivação dos direitos e garantias fundamentais assegurados pelo texto constitucional, superando-se a concepção tradicional de “legislador negativo”. Os princípios da força normativa da constituição e da eficácia plena e aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais devem ser vistos como aspectos justificadores do ativismo judicial do STF em matéria de omissão inconstitucional. A concretização das normas constitucionais não é tarefa exclusiva do Legislativo.

Palavras-chave: Omissões Inconstitucionais; Ativismo Judicial; Legislador Negativo.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para uma Demarcação do Processo de Domesticação do “Político” pela Jurisdição Constitucional no Brasil.

(RE) FORMULANDO GÊNERO: A QUEBRA DO BINARISMO HETERONORMATIVO PARA GARANTIA DIGNA DE DIVERSAS FORMAS EXISTENCIAIS.

Maria Júlia Leonel Barbosa¹; Carolina Valença Ferraz².

¹Estudante do curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas. IC Voluntário. Email: maria_julia14@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas. Email: carolinavferraz@hotmail.com

O Código Civil conceitua gênero a partir de uma perspectiva binária de relação direta com o sexo biológico. Esta forma conceitual não abarca as diversas formas de existência dentro de uma sociedade. Dessa forma, pessoas que não correspondem a este modelo limitado acabam por muitas vezes não sendo abarcadas por garantias fundamentais básicas, como por exemplo, o nome. O nome é, em linhas gerais, a forma de identificação do sujeito no meio social, se este não corresponde a identidade do sujeito, compromete a existência do indivíduo na forma em que ele se reconhece. Além dessa questão mais evidente, em diversas outras circunstâncias, o entendimento jurídico pautado no modelo binário compromete diversos outros direitos fundamentais, de forma direta ou indireta, das pessoas que rompem o padrão binário. Dessa forma, como o Direito se dispõe a ser garantidor do bem-estar social é necessário que ele reconheça as especificidades individuais para garantir que direitos fundamentais à coletividade.

Esta pesquisa foi fundamentada na leitura (do grupo como um todo) de vários textos que tratavam sob direitos fundamentais e medidas combativas às violações dos mesmos. Além de se utilizar da pesquisa empírica com algumas travestis, que explanaram as opressões diárias que sofrem na sociedade.

Com as entrevistas, pode-se constatar, de maneira mais palpável, como as violações incidem na vida dessas pessoas e comprometem suas respectivas existências de forma digna. Além de preconceitos, as pessoas sofrem com o conservadorismo jurídico, pois, como gênero está condicionado ao sexo, muitas travestis, por exemplo, não conseguem a mudança do nome sem que tenham feito a cirurgia de transgenitalização. Ocorre que travestilidade não é sinônimo de vontade de mudança de sexo, mas sim com identificação de gênero. Neste trabalho, observou-se a diferença entre o conceito de identidade de gênero, orientação sexual e identidade afetivo-sexual; como e em que circunstâncias o Direito brasileiro vem autorizando a mudança de nome e; outras formas em que a normatividade jurídica brasileira se contrapõe na efetivação dos Direitos Fundamentais das pessoas transgêneras.

É emergencial a reformulação do conceito de gênero no Código Civil e, por consequência, em todo o ordenamento para garantia dos direitos fundamentais dos/as transgêneros, pois isto compromete diretamente a existência plena dessas pessoas. Existência em *lato sensu*, pois estas pessoas vivem na clandestinidade e invisibilizadas como se não fossem sujeitos e isso implica diretamente na interferência do poder público em detrimento do manto invisível que o Direito joga sobre essas pessoas que, na maioria das vezes, sequer têm direito a um nome.

Palavra Chave – Identidade de gênero. Direitos Fundamentais. Nome. Transgêneros. Travestis.

Projeto de Pesquisa: Aspectos existenciais e patrimoniais do Direito Privado Contemporâneo

APLICAÇÃO E LIMITES DAS ASTREINTES PREVISTAS NO ARTIGO 461, §§ 4º e 5º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.

Nelbe Oliveira Silva¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹Estudante do Curso de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas, da Universidade Católica de Pernambuco, IC Voluntário, Email : nelbeoliveira@gmail.com

²Professor de Processo Civil do Centro de Ciências Jurídicas, da Universidade Católica de Pernambuco, Participante do Grupo de Pesquisa Legitimação e Dogmática Processual de Resultados, Email: luciograssi13@gmail.com.

A multa exarada no artigo 461 do Código de Processo Brasileiro, também denominada de *astreinte*, visa a coagir o devedor a cumprir sua obrigação, sob pena de ter em risco seu patrimônio, pois o objetivo dela é tão somente que seja realizada a obrigação principal. A dificuldade na sua fixação reside no fato de que não há margens descritas em lei para que o magistrado encontre o valor adequado da multa, no que vislumbramos um problema a ser resolvido em nossos estudos. Mediante a utilização de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, bem como leituras de artigos jurídicos publicados em sites confiáveis, procedeu-se a um levantamento de dados no qual foi visto que a *astreinte* não pode ser fixada de forma arbitrária e/ou aleatória, devendo ser observado se a mesma é suficiente e compatível com a obrigação a ser adimplida, observados os postulados normativos da razoabilidade e da proporcionalidade. Nessa ótica, vale ressaltar que a multa exarada no artigo 461, §§ 4º e 5º, tem por finalidade forçar o devedor a cumprir a obrigação que lhe é devida. O juiz, além do valor da multa ser compatível com a obrigação, deverá considerar a situação econômica de ambas as partes, sob pena de tornar-se inócua, podendo reduzi-la ou majorá-la, se por qualquer razão tornar-se excessiva ou insuficiente.

Palavras-Chave: Processo Civil ; Multa diária ; Razoabilidade; Proporcionalidade.

Projeto de Pesquisa: Um estudo sistemático das sanções previstas no sistema processual civil brasileiro e princípio da boa-fé.

POUCOS E BARULHENTOS: INTERESSES POLÍTICOS MINORITÁRIOS E REPRESENTAÇÃO MÍNIMA NO CONGRESSO NACIONAL

Rafael de Brito Giovanetti Pontes¹; José Mário Wanderley Gomes Neto²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP. E-mail: rafael_b_gp@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jmariow@hotmail.com

A ação direta de constitucionalidade (ADI) é um instituto constitucional que visa a compatibilizar as leis e os atos normativos com a Carta Maior. Em seu Art. 103, a Constituição Federal elenca o rol de legitimados para a propositura de tal ação, entre eles, os partidos políticos com representação no Congresso Nacional. A representação a que se refere a Constituição Federal pode ser alcançada com a presença de apenas um parlamentar no Congresso Nacional de um determinado partido político, legitimando, assim, a propositura de ADIs por este. Assim sendo, o presente trabalho busca a análise das causas, desdobramentos e normas da propositura de ADIs pelos partidos políticos com representação mínima, que são aqueles partidos que contam com cerca de um a três parlamentares no Congresso Nacional. Para a obtenção dos objetivos gerais e específicos definidos, foram analisadas as legislaturas ocorridas desde a promulgação da Magna Carta de 1988 até abril de 2013. O presente trabalho analisa seis legislaturas, quais sejam: de 01/02/1991 a 31/01/1995; 01/02/1995 até 31/01/1999; 01/02/1999 a 31/01/2003; 01/02/2003 até 31/01/2007; 01/02/2007 a 31/01/2011 e, por fim de 01/02/2011 até o mês de abril de 2013. Os resultados da pesquisa identificam quais são esses partidos com representação mínima no Congresso nacional, quantos deles ajuizaram ADIs, quais seus reais interesses quando se utilizam dessas ações, bem como qual a situação do partido em relação ao governo, ou seja, se esse é da base do governo ou da oposição. O uso da via judicial pelos partidos com representação mínima pode-se configurar ainda como uma estratégia política adotada por eles, haja vista a ideologia partidária e a considerável atenção pública, decorrente da visibilidade que os meios de comunicação dedicam a esses episódios.

Palavras-chave: partidos políticos; controle de constitucionalidade; parlamentares.

Projeto de Pesquisa: O poder menos perigoso: interações entre os partidos políticos minoritários e o Congresso Nacional.

A JUDICIALIZAÇÃO DOS INTERESSES POLÍTICOS DE REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA MÍNIMA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Raissa Pereira Bino da Silva¹; José Mário Wanderley Gomes Neto²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário.

E-mail: raissabino@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jmariow@hotmail.com

A judicialização da política consiste no crescimento da atuação do Poder Judiciário, possibilitado pelo uso de decisões judiciais, em questões que caberiam, em tese, ao Poder Legislativo e ao Executivo. A verificação de tal fenômeno é feita pela observação do número crescente de ADIs, instrumento do controle de constitucionalidade, propostas perante o Supremo Tribunal Federal. O partido político figura como um dos legitimados, pelo rol taxativo, a ajuizar essa ação e a sua inclusão nessa lista tem como fundamento a proximidade desse com a sociedade. Entretanto, há a exigência de uma representatividade mínima, ou seja, basta um parlamentar, do partido político, no Congresso Nacional, a qual é baseada na necessidade de proteger as minorias em face das majorias. Essa pesquisa busca analisar as motivações e os resultados obtidos pelos representantes minoritários nas demandas judiciais. Com fulcro na obtenção dos objetivos gerais e específicos estabelecidos, foram verificados os resultados obtidos nas ADIs ajuizadas pelos partidos com até três parlamentares, do ano de 1991 até 2013. Análise revelou o alto insucesso obtido e a persistência do ator político em judicializar a questão. Tal fato demonstra que a vitória judicial não é o objetivo principal, na verdade, visa-se a demonstrar oposição, desmerecer, ou retardar políticas públicas adotadas pela maioria do Congresso.

Palavras-chave: judicialização; controle de constitucionalidade; partido político.

Projeto de Pesquisa: O poder menos perigoso: interações entre os partidos políticos minoritários e o Congresso Nacional.

SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO OU SUPREMACIA JUDICIAL? A CRÍTICA DEMOCRÁTICA AO ATIVISMO JUDICIAL.

Roberta Vanessa da Cruz Santos¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: roberta_dacruz@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

Um dos fatores da ascensão do Poder Judiciário é o maior acesso do cidadão às suas instituições. Considerando que, em diversas situações, o desfecho final das controvérsias provém de decisões judiciais, em especial as proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, uma das consequências desse fenômeno tem sido o deslocamento de problemas que poderiam ser solucionados na arena política para a esfera judicial. Esse contexto justifica a pesquisa, sobretudo a análise dos reflexos que tal processo traz para a sociedade. Tendo como objetivo central a análise do conceito de ativismo judicial a partir dos argumentos das decisões do STF, foi importante destacar o debate existente doutrinariamente sobre o tema, e, nesse sentido, um dos objetivos foi sistematizar as principais doutrinas e relacioná-las às decisões analisadas. Sendo assim, o trabalho traz as argumentações de Ronald Dworkin e Jeremy Waldron, enfatizando o posicionamento desse último que revela uma crítica mais consistente a essa nova postura do Judiciário. A metodologia adotada foi o estudo da literatura sobre o tema e, fundamentalmente, uma análise qualitativa e material das decisões do STF, utilizando-se o método hipotético-dedutivo, ao partir da premissa que o STF é uma corte que tem adotado a postura ativista. Da análise das decisões proferidas pela Suprema Corte, em especial a tratante da união estável homoafetiva e da Lei Complementar nº 135/2010, foi possível constatar que a maioria dos membros do STF tem adotado a postura ativista, com justificativa na Teoria da Norma Geral Negativa, de Hans Kelsen, que considera o que não estiver juridicamente proibido ou obrigado, como juridicamente permitido. Esse argumento reitera a ideia central trazida por Waldron de que o ativismo retira do cidadão o poder de fazer um juízo de valor sobre o tema, pois diante da lacuna permissiva da lei, os ministros com certo grau de decisionismo, utilizam-se de termos com atributos morais particulares. Sendo assim, ficou claro, a partir dos resultados obtidos, que o STF é uma Corte ativista que, no discurso de defesa dos direitos da minoria, viola a separação de poderes, além do iminente risco de se chegar a uma juristocracia.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; controle de constitucionalidade; direitos fundamentais; decisionismo.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da política: para uma demarcação dos processos de domesticação do “político” pela jurisdição constitucional no Brasil.

OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS JOVENS NA CIDADE DO RECIFE.

Rosileide Barbosa de Lima¹; José Afonso Chaves²

¹Graduanda do Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, bolsista CNPq do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC. E-mail: irmaleide@yahoo.com.br

²Professor Doutor do Centro de Ciências Sociais. E-mail: afonchaves1@yahoo.com.br

Este artigo fundamenta-se na pesquisa: A intersectorialidade das políticas públicas da assistência social da cidade do Recife de 2001 a 2010, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Social Comunitário – NEDESC, da Universidade Católica de Pernambuco. Desse projeto macro, surge o recorte que visa a analisar as políticas públicas de assistência social voltadas para o segmento juvenil na cidade do Recife, no período supracitado, além de relacioná-las com a proposta de intersectorialidade, buscando estabelecer sua relação com outras políticas, contribuindo, dessa forma, para a eficiência e eficácia da sua execução. A política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado está assegurada na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993), sendo parte constitutiva da Seguridade Social e, portanto, deve articular seus serviços e benefícios em prol da população usuária, garantindo os direitos sociais legitimamente garantidos na legislação. O estudo em evidência privilegia as juventudes e o modo pelo qual suas demandas e necessidades sociais são contempladas ou não pela política de assistência social da cidade do Recife, bem como quais têm sido as estratégias, os projetos, os programas e as ações de implementação dessa política. Sabe-se que a ideia de que é necessário garantir políticas públicas para a juventude vem desenvolvendo-se recentemente na sociedade brasileira. Esse processo exige um entendimento da necessidade de um conjunto amplo e articulado de políticas que atendem para a singularidade e, ao mesmo tempo, para a pluralidade da juventude, tomada como um segmento geracional específico, que ganha forma a partir de diferentes condicionantes, como: classe, gênero, raça, etc. Atingir tal objetivo exige, inicialmente, clara compreensão das políticas públicas a partir da realidade social dos sujeitos que as demandam e do que se revela por trás dessas políticas públicas. Nesse processo, verifica-se que a implementação da intersectorialidade na pauta das políticas públicas se dá de maneira incipiente, defrontando-se com os limites e deficiências existentes nos espaços que as executam, perpassando desafios como: acesso à informação e as estruturas fragmentárias e instáveis.

Palavras-chave: políticas públicas; juventudes; direitos sociais.

Título do Projeto: A intersectorialidade das Políticas Públicas de Assistência Social da Cidade do Recife de 2001 a 2010.

O RECONHECIMENTO DAS UNIÕES HOMOAFETIVAS PELO STF.

Tassiana Bezerra dos Santos¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: assiana.bezerra@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro Ciências Jurídicas; E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

Tem-se constatado uma vertiginosa ascensão política do Poder Judiciário e, especialmente, do STF (Supremo Tribunal Federal) no país. Assim, constitui-se o fenômeno da Judicialização; questões relevantes dos pontos de vista político, social ou moral estão sendo decididas, em caráter final, pelo Poder Judiciário, o que coloca em pauta o desrespeito ou não da divisão democrática dos poderes. Entre essas questões está o reconhecimento da união estável homoafetiva; logo, a inquietação não se inicia apenas no dilema da teórica usurpação do Poder Legislativo pelo Poder Judiciário, mas também nos argumentos jurídicos e até de ordem moral, utilizados a favor e contra o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, tornando-se essencial a análise das posições do Poder Judiciário. Assim, o presente trabalho propõe, a partir deste estudo, a possibilidade de obtenção de uma melhor compreensão de qual o limiar entre a usurpação de poder pelo Judiciário e o preenchimento de um espaço deixado em branco pelo Legislativo. Para tal estudo, faz-se primordial uma revisão da literatura jurídica a respeito dos fundamentos teóricos que justificam o ativismo judicial, principalmente em casos relacionados à união homoafetiva. Diante do exposto, é de fácil percepção a importância da presente análise para entender até que ponto o Poder Judiciário está exercendo uma proteção a um grupo vulnerável ou usurpando uma função legislativa e, consequentemente, ferindo um princípio democrático.

Palavras-chave: Ativismo Judicial; Judicialização; Política.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para uma Demarcação do Processo de Domesticação do "Político" pela Jurisdição Constitucional no Brasil.

ADOÇÃO INTUITO PERSONAE: UMA FORMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA FAMÍLIA NATURAL

Thiago de Almeida Galvão¹; Carolina Valença Ferraz²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: thiagogalvao90@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: carolinavferraz@hotmail.com

A adoção é uma modalidade de colocação em família substituta, sendo ela um ato jurídico bilateral, sinalagmático e solene, possui caráter de definitividade, atribuindo vínculo legalmente ficto de paternidade e filiação legítimas e parentesco civil. Entre várias modalidades de adoção, surge a chamada “Adoção Intuito Personae”, ao qual os genitores que não têm condições de fornecer uma assistência moral, material e emocional a sua prole, possa escolher em um ato de liberalidade, um casal, seja ele hetero ou homoafetivo, ou um indivíduo, que queiram adotar uma criança ou um adolescente, fornecendo-lhe condição que, no seio de sua família natural, não iria possuir. Esse tipo de adoção conhecida como “adoção intuito personae”, que o ordenamento jurídico trata em três modalidades contempladas na lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 50, parágrafo 13, incisos I, II e III. Contudo, verifica-se no contexto fático que se o(s) adotante(s) não enquadrando nas hipóteses da lei acima mencionada e se decidir impetrar uma ação de adoção é observado na prática que o pedido será indeferido e haverá uma busca e apreensão do menor que já encontrar recebido no seu novo convívio familiar com a justificativa que isso seria uma forma de fraudar o cadastro de adoção, que é um cadastro que contém o registro de brasileiros e estrangeiros residentes no País, interessados na adoção de crianças e adolescentes, sendo que o objetivo do cadastro é ter o controle das adoções para que possa proteger o menor e não retirá-lo de um convívio harmonioso e sadio, tendo sempre como norteador o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente: nessa relação, são eles os vulneráveis, e, em face desse princípio, é que, nesse tipo de modalidade de adoção, poderá o menor futuramente precaver-se de variadas doenças que são hereditárias, já que o mesmo saberá e se tiver interesse terá contato com a família natural, ao qual é outro princípio de norteador do Estatuto, onde tais informações são de suma importância para qualquer indivíduo, sendo um direito de saber suas origens.

Palavras-chave: Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente; Direito de saber sua família natural; Direitos fundamentais.

Projeto de Pesquisa: A Tutela Jurídica dos Grupos Vulneráveis – A Proteção Civil – Constitucional da Diversidade.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O PAPEL DO DIREITO PENAL EM RELAÇÃO A ESTE CONFLITO, NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.

Victória Katryn de Lima Resende¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello².

¹ Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntária da UNICAP; e-mail: viickresende@hotmail.com

² Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; e-mail: mariliamello@hotmail.com.

Com a promulgação da Lei 11.340/2006, começou-se a utilizar leis penais como maneira de resolver e de preservar bens tutelados, como resposta à violência doméstica e familiar contra a mulher, se aplicando leis penais mais severas para solucionar os conflitos. Todavia, no que tange ao aspecto jurídico, tem-se constatado, que as mulheres não possuem voz no processo devido à severidade da lei que inibe a busca do auxílio institucional, além de algumas vítimas, ao invés de desejar criminalizar o agressor, buscar a mediação de conflitos e o restabelecimento da relação conjugal e familiar. O Direito Penal vem, portanto, exercendo uma função simbólica, por meio do punitivismo distanciando-se do seu referencial minimalista, se tornando inapropriado para solucionar os conflitos domésticos e familiares, por ser incapaz de preservar a segurança jurídica. Assim, à luz da criminologia crítica busca-se uma solução para os conflitos da violência doméstica devido à ineficácia do sistema penal, pois o fracasso da prisão é nítido, uma vez que não recupera o agressor, além de não ressocializá-lo, sendo fundamental o uso de medidas alternativas eficazes à prisão, visto que o tratamento dado pelo sistema penal não tem surtido efeitos. Deve-se buscar resolver os conflitos por meio de alternativas pedagógicas, medidas psicoterapêuticas, conciliadoras e investir em medidas socioeducativas, para obter resultados positivos, principalmente, na prevenção e na minoração à violência doméstica e familiar contra a mulher. Para a concretização desse estudo foi realizado primeiramente, uma pesquisa empírica e bibliográfica, através do aprofundamento no assunto e debates em livros, revistas, textos legislativos, posteriormente, o levantamento de dados no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Recife, buscando obter soluções eficazes para resolver o conflito entre as famílias que convivem com a violência doméstica.

Palavras-chave: Ineficácia do Direito Penal; Violência doméstica e familiar contra a mulher; Minimalismo; Medidas Alternativas.

Projeto de Pesquisa: Do Juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: a Expansão do Direito Penal na Violência Doméstica Contra a Mulher No Brasil.